

ESCRAVOS E SERTANEJOS: HORIZONTE SOCIAL DO SÉCULO XIX, RESISTÊNCIA E TENSÕES EM *VIDAS SECAS*¹

SLAVES AND COUNTRY PEOPLE: XIX CENTURY SOCIAL HORIZON, RESISTANCE AND TENSIONS IN *VIDAS SECAS*

Andrius Felipe Roque²
Ana Maria de Fátima Leme Tarini³

RESUMO: A partir da leitura da representação do escravo negro nos discursos político-históricos do século XIX, considerando ainda a hipótese de que ela formará, incidentalmente ou não, a matéria bruta para o retrato ficcional do sertanejo do século XX, este estudo propõe análise do romance *Vidas Secas* em suas soluções éticas e estéticas para a representação do oprimido, dialogando, portanto, com o pensamento social do século XIX e suas cristalizações sobre o negro escravo. Ao fim, espera-se ter demonstrado como *Vidas Secas* atualiza a apropriação do pobre na literatura, afastando-se das representações eivadas de vícios e preconceitos cristalizados pelo pensamento dominante.

PALAVRAS-CHAVE: *Vidas Secas*. Escravidão. Sertanejo. Pensamento social.

ABSTRACT: From the reading of the black slave representation in the political-historical discourses of the 19th century, considering also the hypothesis that it 'll form, incidentally or not, the raw material for the fictional portrait of the 20th century country person, this study proposes an analysis of the novel *Vidas Secas* in their ethical and aesthetic solutions for the representation of the oppressed, dialoguing, therefore, with the social thought of the 19th century and its crystallizations on the black slave. In the end, we hope to have demonstrated how *Vidas Secas* updates the appropriation of the poor in literature, moving away from representations riddled with addictions and prejudices crystallized by the dominant thought.

KEYWORDS: *Vidas Secas*. Slavery. Country person. Social thought.

¹ Artigo recebido para avaliação em 13/03/2020 e aceito para publicação em 07/07/2020.

² Mestre em Letras, técnico em assuntos educacionais no IFPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7183-6062> E-mail: andrius.roque@ifpr.edu.br.

³ Doutora em Letras, docente de língua portuguesa e inglesa no IFPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8645-7949> E-mail: ana.tarini@ifpr.edu.br.



Introdução

O século XIX é o período em que dois temas dominam o cenário intelectual brasileiro: a escravidão e o regime de governo. Esses tópicos, que mutuamente se relacionam, foram objetos de debate sobre o presente daquela época, com vistas a um projeto futuro de país, que demandava definições políticas, econômicas e sociais. Assim, as diferentes opiniões que foram discutidas no reduzido grupo de pensadores brasileiros, muito ou pouco conservadoras, revelam em conjunto o horizonte possível para a consciência daquele tempo. Ao termos acesso a elas, nas figuras dos que denominamos “intérpretes do Brasil”, isto é, o pensamento social brasileiro do século XIX, propomo-nos a discutir também os limites (a cristalização) da produção literária nacional em sua representação de dinâmicas e elementos constitutivos dessa sociedade.

A possibilidade dessa análise nos sugeriu a leitura da representação do escravo negro nos discursos político e literário, considerando ainda a hipótese de que ela formará, incidentalmente ou não, a matéria bruta para o retrato ficcional do sertanejo do século XX, já que ambos compartilham o trabalho com a terra, o lugar social de oprimido, o preconceito e a marginalidade. Para tal, apresentamos o diálogo entre seleção de textos de pensadores do século XIX, especificamente Carlos Augusto Taunay e José Bonifácio de Andrada e Silva, e a obra *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, formando, portanto, nosso universo de pesquisa.

O objetivo geral deste estudo é analisar o romance *Vidas Secas* em suas soluções éticas e estéticas para a representação do oprimido, dialogando, ainda, com o discurso histórico-social do século XIX sobre o negro escravo. Esse objetivo se desmembra em outros mais específicos, a saber: a) apresentar visões sobre o negro cristalizadas no pensamento social do século XIX; b) traçar paralelos entre as visões sobre o negro escravo nos ensaios e sobre o sertanejo no romance; e c) revelar aspectos de resistência e de tensões em *Vidas Secas* provenientes do modo de apropriação do oprimido.

Norteia-nos o desejo em revelar como *Vidas Secas* apresenta solução inovadora à apropriação das tensões sociais dos conflitos de classe, afirmando para depois questionar as cristalizações que se deram no imaginário social sobre o oprimido. Nessa empreitada, este artigo se divide em duas partes: *O escravo pelo*



olhar dos intérpretes nacionais, apresenta os ensaios de Taunay e José Bonifácio, indicando os limites sociais para o engajamento daquela época; e *Outras vidas secas*, incide sobre o romance de Graciliano, subdividindo-se em dois capítulos, *A vida de negro fugido* e *Novas tensões*. Ao fim, esperamos ter construído um percurso de análise que dê conta do objeto, oferecendo novas contribuições à crítica literária sobre o assunto.

O escravo pelo olhar dos Intérpretes nacionais

A proclamação da independência nacional em 1822, a despeito da sua (in)efetividade em nos desaninhar da Metrópole, fomentou o debate sobre um projeto de nação a ser construído, o que se deu em meio à importação de intelectuais e de ideias da Europa, que, ao mesmo tempo que integravam os centros difusores de conhecimento (Museu Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, as Faculdades de Direito de Recife e São Paulo), participavam ativamente da vida política do Império e do pensamento social da época que vinculava-se diretamente à política imperial.

Presenciamos, portanto, que há grande proximidade entre o que se pensa do/para o país e a forma como se lida com os problemas e desafios político-sociais da época (p.e., desenvolvimento econômico, governo, cultura, miscigenação), o que atinge também as artes nacionais, de modo que tudo isso junto constituiria o projeto de nação a que se dedicava o Estado imperial. Todavia, essa empreitada não se viabiliza senão pelas tensões sociais e ideológicas da época (dominantes-dominados, abolicionistas-escravagistas, monarquistas-republicanos), que delineiam um horizonte possível às ideias da época, possibilitando a cristalização de concepções e papéis sociais.

O debate sobre a escravidão, no Brasil do século XIX, mais do que discutir a instituição escravagista e os seus efeitos no Estado e na sociedade, especialmente econômicos, difundiu uma visão sobre o negro escravo, definitivamente negativa, o que por vezes foi o argumento fundante da exploração. Mesmo o movimento abolicionista, que teve papel central no fomento da polêmica sobre esse tema, estava eivado de preconceitos. Seres preguiçosos, imorais e inferiores: em torno dessas qualidades



predomina a visão de época. Para representar tais discursos, introduzimos a seguir dois importantes pensadores e textos da época, um pró-escravatura e outro abolicionista.

Carlos Augusto Taunay (1791-1867), em seu *Manual do Agricultor Brasileiro* (1839), reúne orientações baseadas em sua experiência de militar, periodista e agricultor, já que era responsável pela gestão do sítio da família. Família essa de grande reconhecimento, especialmente nas artes, já que era filho de Nicolas Antoine Taunay, membro principal da Missão Artística Francesa de 1816; irmão de Félix Emile Taunay, diretor da Academia Imperial de Belas Artes de 1834 a 1851; e tio de Alfredo Taunay, outra personalidade do período imperial, conhecido da atualidade principalmente pelo seu romance *Inocência* (1872).

Seu manual tem como norte a racionalização dos processos que envolvem a produção agrícola, para também impulsionar o Estado, que, por sua vez, não dá a devida atenção a esse setor (TAUNAY, 2001, p. 39-40). Para tal, tece algumas análises sobre o cultivo no país, indicando meios de se reverter o atraso em que tal arte se encontra. Em suas sugestões, considera como segunda necessidade mais importante “a redação de um código para a escravatura, que uniformize o tratamento que se deve dar aos escravos, e combine o interesse dos senhores com o tolerável bem-estar dos pretos, pois que a religião, a humanidade e a utilidade pública e particular assim o exigem” (p. 40).

Para além de dicas agronômicas, Taunay dedica alguns capítulos a prescrever boas práticas aos senhores para que extraíam melhor produtividade de seus escravos, concebendo como meio, e não como fim, certo bem-estar desse grupo. Mesmo reconhecendo que a escravidão “ataca igualmente as leis da humanidade e da religião, e os povos que o têm admitido na sua organização têm pago bem caro esta violação do direito natural” (TAUNAY, 2001, p. 50), passa ao largo dos debates sobre a abolição e veicula os principais argumentos pró-escravatura da época: a ausência de culpa daquela geração, a dependência do trabalho escravo para a economia, a melhor condição dos negros como escravos que em sua terra natal e a tutela moral e provedora dos senhores.

Julgando que os negros africanos tinham melhor sorte no Brasil do que em sua terra natal, Taunay (2001) considera que a inferioridade física e intelectual dos pretos é a causa natural de



sua subjugação pelos brancos. Assim, o francês pontua inúmeras características gerais que permitem a ele determinar como o teto do desenvolvimento do negro africano a infantilidade de uma criança europeia:

O geral deles não nos parece suscetível senão do grau de desenvolvimento mental a que chegam os brancos na idade de quinze a dezesseis anos. A curiosidade, a imprevisão, as efervescências motivadas por paixões, a impaciência de todo o jugo e inabilidade para se regerem a si mesmos; a vaidade, o furor de se divertir, o ódio ao trabalho, que assinalam geralmente a adolescência dos europeus, marcam todos os períodos da vida dos pretos, que se podem chamar homens-criança e que carecem viver sob uma perpétua tutela: é pois indispensável conservá-los, uma vez que o mal da sua introdução existe, em um estado de escravidão ou próxima à escravidão [...] (TAUNAY, 2001, p. 53).

Vale destacar o olhar eurocêntrico que tem a ver não só com sua posição de estrangeiro que se naturalizou brasileiro, mas com o ideal de uma época de valores coloniais, que tem no horizonte a cultura metropolitana. Essa indicação de uma suposta infantilidade do negro opera, ainda, como argumento justificador do instituto da escravidão, já que legitima a tutela do senhor. Este, por sua vez, deverá empregar o medo, “com muito sistema e arte” (TAUNAY, 2001, p. 54), para impor aos pretos o cumprimento de seus deveres adultos, isto é, o trabalho. Revelam-se, pois, as tensões entre os polos opressor e oprimido, que marcaram o contexto da época, suficientemente claros no subcapítulo *Castigo* (TAUNAY, 2001, p. 66), aponta o medo como única dinâmica de controle, por meio de vigilância, da violência e da lei, que são reconhecidos como instrumentos lícitos. Portanto a relação entre senhores e escravos não pacífica.

Essa crença na missão protecionista e professoral do senhor de escravos era compartilhada pela maioria dos intelectuais tupiniquins do século XIX, inclusive por alguns abolicionistas, como José Bonifácio, um dos principais estadistas do século, conhecido como o Patriarca da Independência, um paradoxal político conservador de ideias reformistas. Em seus *Projetos para o Brasil*, defendeu a abolição do tráfico negreiro e da escravatura,



ainda que de maneira gradual, mostrando-se contrário ao argumento salvacionista dos traficantes, que dizia ser caridade trazer os negros da África, já que eles, além de serem libertos do poderio de despóticos, seriam iluminados pelo Evangelho e estariam sob um novo clima “doce, fértil e ameno” (SILVA, 2000, p. 25). Os argumentos, traziam um apelo religioso e filantrópico para as condições desgraçadas dos negros, “infelizes, sem honra, nem religião” (SILVA, 2000, p. 26).

Esse discurso abolicionista se mostra repleto de juízos que, em outras bocas, justifica a exploração dos negros. Por exemplo, ao convidar os senhores a abrandarem o sofrimento dos escravos, pela consciência humanitária ou pelos próprios interesses, acredita que eles serão recompensados com subserviência, obediência e trabalho:

Sejamos pois justos e benéficos, senhores, e sentiremos dentro da alma que não há situação mais deliciosa que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo e contente no meio de seus escravos, como no meio da sua própria família, que admira e goza do fervor com que estes desgraçados adivinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial o como maridos e mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risinhos, não só cultivam suas terras para enriquecê-lo, mas vêm voluntariamente oferecer-lhe até as premisas dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca, como a um Deus tutelar (SILVA, 2000, p. 32).

Essa cosmovisão, representativa do pensamento social da época, deixa mais uma vez clara a divisão entre dominantes e dominados. Note-se que ela transluz uma visão relativamente ingênua sobre a dinâmica senhor-escravo, considerada distensa quando alheia a punições, mesmo que mantida a questão do pertencimento da vida do negro a do branco, a privação da liberdade, o controle absoluto do outro ser visto como inferior.

Mesmos os discursos socialmente engajados, mesmo aqueles que se diziam mais empáticos aos sofrimentos desse grupo que compôs a base econômica e, conseqüentemente, política do Estado, repetiam a visão de que se tratavam de preguiçosos, imorais e inferiores. Longe de se propor novas formas de enxergar



os negros, os abolicionistas defendiam causas políticas, econômicas, morais e raramente sociais, de modo que a abolição em 1888 não significou a integração social dos negros.

Em seu projeto *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*⁴, José Bonifácio propõe artigos que, veiculando sua opinião sobre a temática, podem ser objeto de leis futuras. São trinta e dois artigos, dos quais destacamos dois que demonstram ponto de vista interessante a este trabalho no que diz respeito aos papéis sociais de dominantes e dominados:

ART. XV: os escravos podem testemunhar em juízo, não contra os próprios senhores, mas contra os alheios (SILVA, 2000, p.36).

ART. XXVII: para recompensar a beneficência e sentimentos de religião e justiça, todo senhor, que der alforria a mais de oito famílias de escravos, e lhes distribuir terras e utensílios necessários, será contemplado pelo governo como benemérito da pátria, e terá direito a requerer mercês e condecorações públicas (SILVA, 2000, p. 38).

Esses dois artigos implicam certa intenção sub-reptícia em se amenizar os conflitos de classes, mantendo, sobretudo, intacta a relação dominante-dominado, o que indica o horizonte possível à época, mesmo se tratando do discurso engajado abolicionista. Os escravos jamais podem se opor a seus senhores, por outro lado, os senhores que tiverem a beneficência de alforriar um grupo de escravos deve ser recompensado pelo Estado, o que é direito seu. Lidos sequencialmente, os artigos XV e XXVII mostram escravos sem direitos e senhores servidos com mercês pelo Estado.

Estes dois autores lidos representam com propriedade o pensamento social do século XIX. Outros intelectuais ainda poderiam ser abordados em nossos estudos, como Joaquim Nabuco, José de Alencar e José do Patrocínio. Todo caso, o que temos em verdade são intelectuais das elites nacionais debatendo o futuro dos oprimidos. São esses os narradores e interlocutores da escravidão. Em seus discursos, ainda que abolicionistas e supostamente empáticos aos escravos, vemos veiculada a ideologia dominante,

⁴ Sem acentos no original.



que tem, em seu horizonte social, a manutenção do *status quo*, mesmo sem a permanência do sistema escravagista. É essa dinâmica de classes, de opressor-oprimido e todos os seus preconceitos, perpetuados na passagem do século, que veremos adquirir novos discursos e novas tensões, apropriados pela ficção literária, em especial a do mundo rural, envolvendo, ainda, novos sujeitos e papéis sociais. Exemplificariam esse fenômeno, textos como *As vítimas-algozes*, de Joaquim Manuel Macedo, *Pai contra mãe*, de Machado de Assis, *Urupês*, de Monteiro Lobato e *A bagaceira*, de José Américo. O percurso até Graciliano Ramos é caminho pertinentíssimo a se seguir, no entanto escapa aos limites deste artigo, de modo que saltaremos até 1938.

Outras Vidas Secas

Narrativas como as outrora indicadas formaram as bases que permitiram a criação de heróis sertanejos que vivem em condição degradada, subjugados pela miséria social do mundo rural. Em *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos (1892-1953), os retirantes sintetizam sofrimento e esperança, refletindo sobre essa complexa condição e se situando em um mundo de dilemas, o sertão. Diferentemente dos negros do século XIX e das personagens sertanejas do início do movimento regionalista, em *Vidas Secas* assumem o protagonismo nas reflexões e na forma literária, ainda que compartilhem semelhante estado de degradação humana, própria da sociedade brasileira.

O romance conta a história de dor, fome e frustração vivida por Fabiano e sua família, que sofrem a seca que assola o sertão. Fabiano é homem rude, vaqueiro, que por vezes se compara a um animal, a quem falta o dom da comunicação expressiva. Ao seu lado, caminham Sinhá Vitória, o menino mais novo, o menino mais velho e Baleia, a cachorra. Assim, eles vivem em retirada, da “Mudança” à “Fuga”, passando pela “Cadeia”, por “Festa” e perdidos em “Contas”, sonhando com fartura, camas de couro e estudo aos menores. Que aproximações e afastamentos haveria entre tal narrativa e as visões do escravo oprimido cristalizadas a partir do pensamento social do século XIX? É essa a questão que norteia os seguintes subcapítulos.



A vida de negro fugido

Miséria, escassez, trabalho alienado, vida rural, castigos e itinerância são características que marcam a vida de Fabiano e sua família e os aproxima da situação dos negros escravos no Brasil. Em comum, compartilham o lugar social do oprimido e as injustiças sociais. E, curiosamente, distanciam-se apenas 50 anos entre a abolição da escravatura e a publicação do romance.

Em *Vidas Secas*, os personagens nos são introduzidos, antes de tudo, como “infelizes”, “cansados” e “famintos”. Não sabemos quem são, seus nomes, nem mesmo qual a composição do grupo, mas já conhecemos sua condição: degradada (BASTOS, 2015, p. 131). Ora, portanto, a condição precede a identidade dos sujeitos nessa obra, e aí residirá o primeiro desafio do narrador: definir o caráter dessas entidades figuradas a partir ou através da condição em que se inserem. É esse um dos sentidos do título *Vidas Secas*, que indica a atribuição de uma característica situacional (a seca no Nordeste) aos sujeitos desse contexto, de modo que é impossível desintegrar essa unidade.

É, ainda, no interior desse binômio que se dá a dinâmica da obra. Vejamos, por exemplo, os títulos dos capítulos. Poderíamos agrupá-los, de um lado, em referências a sujeitos (“Fabiano”, “Sinhá Vitória”, “O menino Mais Novo”, “O menino Mais velho”, “Baleia”, “O soldado Amarelo”) e, de outro, em alusão a condições (“Mudança”, “Cadeia”, “Inverno”, “Festa”, “Contas”, “O Mundo Coberto de Penas”, “Fuga”). Longe de serem polos opostos e dissociados, relacionam-se numa verdadeira dialética homem-meio, revelando certas tensões da trama, como discutiremos oportunamente.

Embora a esses sertanejos retirantes escapem o preconceito racial, especificamente sobre a cor de pele, que serviu de argumento à exploração no século XIX, sua trajetória parece repetir a história de imigração dos negros africanos, que foram traficados de suas terras natais, em que eram assolados por regimes despóticos e pela miséria, para viverem subjugados por senhores, tratados como mercadoria.

O capítulo inicial, “Mudança” narra essa diáspora, determinada pela seca, até que eles chegam a uma fazenda abandonada, onde veem as nuvens se armarem, anunciando chuva e um novo tempo em suas vidas, uma “Mudança”, positiva, de ressur-



reição e fartura. Nos sonhos daquele pai, “a fazenda renasceria – e ele, Fabiano, seria o vaqueiro, para bem-dizer seria o dono daquele mundo” (RAMOS, 2015, p. 16). Mas a história seria diferente. “Viera a trovoada. E, com ela, o fazendeiro, que o expulsara. Fabiano fizera-se desentendido e oferecera os seus préstimos, resmungando, coçando os cotovelos, sorrindo aflito. O jeito que tinha era ficar. E o patrão aceitara-o, entregara-lhe as marcas de ferro” (RAMOS, 2015, p. 19).

Essa passagem se assemelha ao argumento de caridade pró-escravidão, já mencionado, que justificava o tráfico negreiro como livramento do paganismo e do barbarismo africano: “é um favor que se lhes faz, comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativeiro” (SILVA, 2000, p. 25). Bizarramente, o mesmo José Bonifácio abolicionista, que era contra esse argumento e reconhecia a violência (inclusive jurídica) que fustigava os cativos, em parágrafos antes considera que “graças aos céus, e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente” (SILVA, 2000, p.24). Não há incoerência em tal discurso: são os limites do pensamento social daquela época. Quase um século depois, *Vidas Secas* traria outro retrato contemporâneo da sujeição social, defendendo, na contramão de Bonifácio, que inclusive que nossa geografia colaborou para tal contexto de miséria humana e opressão.

Ainda naquela cena do romance, notamos que não há negociação ou acordo para a contratação dos serviços: há dissimulações, resmungos e tiques de Fabiano, que denotam um abismo social linguístico entre os sujeitos, reforçado pela ligeira substituição de “fazendeiro” por “patrão”, definindo os lugares social de dominante e dominado. Quem aceita o emprego é o contratante, não o contratado, ou seja, há um assujeitamento muito semelhante ao trabalho do escravo, que era comprado pelos senhores. Simboliza o acatamento do trabalho a entrega de marcas de ferro – instrumentos utilizados para registrar gado, couro ou madeira (até mesmo escravos) –, que são uma afronta direta aos sonhos de um Fabiano “dono daquele mundo”, tornando evidente de que tudo ali pertence ao outro, inclusive o seu trabalho.

Fabiano e sua família ainda sofreriam algumas dessas marcas de ferro. Gastando toda sua parte da criação dos animais, veem-se roubado pelo patrão, que pagava pouco, insuficiente às necessidades básicas da família. Assim, enquanto o vaqueiro “não



chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito [...] pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo endividava-se” (RAMOS, 2015, p. 93-94). O ferro, portanto, representa o domínio do opressor sobre o oprimido que, na relação patrão-empregado, dá-se pelo controle dos bens e dos meios de produção.

O descontentamento de Fabiano com as contas do patrão é o maior indício de nosso paralelo com negros: “passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria” (RAMOS, 2015, p. 94). Os sentimentos do vaqueiro se inserem perfeitamente nas prescrições de Taunay (2001, p. 64): “os pretos não se comprem para se ter o gosto de os sustentar e os ver folgar, mas sim para tirar do seu trabalho os meios de subsistir e lucrar. O salário deste trabalho foi pago em parte por uma vez pelo dinheiro da compra, e a outra parte paga-se diariamente com o sustento”.

Essa súbita reação do sertanejo foi reprimida pelo fazendeiro, demitindo-o. Aí Fabiano amunhecou, procedendo – tal qual em todo o romance, mas especialmente no capítulo 2 – a uma bestialização: “era bruto, não fora ensinado [...] Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens” (RAMOS, 2015, p. 94-95). Para insistir no assujeitamento, os parágrafos seguintes enunciam duas palavras sugestivas para se referir ao patrão: “amo” e “branco”. Ao seu modo, o sertanejo parece repetir o questionamento de Taunay, colocando-se no lugar oprimido dos negros: “a escravidão priva o homem livre da metade de sua virtude. Este rifão não foi feito para pretos, sim para brancos [...]. Que diremos dos pretos de raça ínfima e sujeita aos apetites brutos do homem selvagem?” (TAUNAY, 2001, p. 54).

Assim, pudemos apontar alguns momentos em que as visões e condições do sertanejo em *Vidas Secas* ecoam as visões e condições do negro escravo, cristalizadas no pensamento social brasileiro do século XIX. A despeito de questões étnicas e raciais essa ressonância é possibilitada pelo lugar social que ambos ocupam: o de oprimidos. Opressão também presente na obra *Inocência*. Inúmeras outras cenas e traços que poderiam ser analisados no romance de Graciliano foram deixadas de fora deste estudo, devido ao seu curto fôlego e extensão. O interesse pelo jogo e pela



cachaça em “Festa”, o entrave com o soldado amarelo e também a fuga fornecem mais argumentos para o viés aqui tomado. Esta última cena vale, ao menos, a citação, que por si só indica muito:

Mas quando a fazenda se despovoou, viu que tudo estava perdido, combinou a viagem com a mulher, matou o bezerro morrinheiro que possuíam, salgou a carne, largou-se com a família, sem se despedir do amo. Não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava jogar-se ao mundo, como negro fugido (RAMOS, 2015, p. 117).

Apesar das correspondências acima apresentadas, *Vidas Secas* problematiza a relação opressor-oprimido para além de um olhar do dominante, revelando tensões críticas (BOSI, 2006, p. 392) que dão a dinâmica da obra e a diferenciam em muito da abordagem do pensamento social do Império. Essa diferença se deve, em grande parte, ao modo de narrar e à resistência das personagens em meio a uma dialética de segurança-insegurança. A análise desse recurso estruturante da obra se dará no recorte da temática “violência”, que também é tópico central na relação senhor-escravo.

Novas tensões

O manual de Taunay recomendava a distribuição moderada de bebidas alcoólicas aos escravos, porque acreditava que a cachaça era um meio eficaz de sustentar as forças e firmar a coragem. Além disso, a distribuição de bebida nas fazendas evita que os escravos tivessem acesso às vendas, “foco de todos os vícios e crimes” (TAUNAY, 2001, p. 61). Essa visão de certa forma incide em “Cadeia”, em que Fabiano se desloca à feira da cidade para adquirir mantimentos. Na bodega de Seu Inácio, resolveu beber uma pinga. Logo depois, encontra o Soldado Amarelo, símbolo da opressão violenta do Estado, com o qual joga 31 e perde seu dinheiro. Por certo desentendimento, motivado principalmente pela dificuldade de Fabiano se expressar, toma pisões no pé, vai preso e apanha na cadeia. Na lembrança desses acontecimentos, em outro capítulo, aparece novamente o símbolo do ferro como instrumento de opressão: “Dois excomungados tinham-lhe caído



em cima, um ferro batera-lhe no peito, outro nas costas, ele se arrastara tiritando como um frango molhado” (RAMOS, 2015, p. 104). Nessa relação de dominante e dominado, o medo, a vigilância e a violência procuram garantir a estabilidade desse *status quo*, garante a manutenção da desigualdade social.

Assim, a violência, ao lado da seca, do patrão e de outras condições e sujeitos opressores geram um movimento de segurança-insegurança que percorre o romance, como entendeu Luís Bueno (2001). Desconsiderando a noção temporal e a articulação dos capítulos em uma estrutura contínua, elementos que compõe a tese desse crítico, podemos analisar como o movimento citado colabora para a tensão do romance e configura a resistência do herói.

Em “Cadeia”, Fabiano se encontra em estado de insegurança, sem dinheiro, sem os mantimentos de Sinhá Vitória, preso, espancado e solitário. Tudo isso por ter contrariado o soldado, mas também porque não sabia explicar-se, defender-se. Revelam-se aqui as tensões da resistência, na autorreflexão do sertanejo que oscila entre a consciência da injustiça, o desejo de vingança e a resignação:

Então porque um sem-vergonha desordeiro se arreliava, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: – “Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.”

Mas agora rangia os dentes, soprava. Merecia castigo?
- An!

E, por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza (RAMOS, 2015, p. 33).

Por outro lado, em “O Soldado Amarelo”, um ano depois, o quadro está mais favorável a Fabiano, que tem o facão e a vulnerabilidade do opositor, um contexto relativamente seguro para efetivar sua vingança pelas injustiças sofridas. Entretanto, a resistên-



cia em *Vidas Secas* não é newtoniana, e sim ética e problemática, e o vaqueiro mais uma vez oscila, por quatro ou cinco páginas de um discurso entremeado de personagem e de narrador. Ao fim, resigna-se, e isso não exime a narrativa de seu caráter de resistência e de tensões. A opressão, o *status quo*, pode se manter ao fim, mas se torna claro que ela se dá num sistema de tensões e ambivalências, não no condicionamento social daqueles sujeitos; na autonomia e complexidade dos sertanejos de vidas oprimidas, dominadas, mas não de destinos invariavelmente determinados.

A autonomia e complexidade das personagens e, conseqüentemente, as tensões entre opressor-oprimido se revelam também pelo modo de narrar em *Vidas Secas*. A alternativa de Graciliano Ramos para dar voz ao pobre bruto e silenciado, sem o emular por meio de um narrador intelectual, foi a integração dos discursos direto, indireto e indireto livre, naquilo que Candido chamou de “procurador do personagem” (CANDIDO, 2006, p. 150). As tensões entre os juízos do narrador, os pensamentos das personagens e os diálogos se dão pela implosão dessa integração de mundos sociais distintos, e não pelo distanciamento abismal entre interlocutor e sujeito da discussão, como vemos nos intérpretes do Brasil e em parte da ficção até meados do século XX (*Vítimas Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo ou *A Bagaceira*, de Joaquim Américo, p.e.). Luís Bueno, que lê o romance de 1930 por meio da temática da representação do outro, vê nessa obra de Graciliano a forma mais orgânica da época, no plano da arte, para se figurar o outro. Analisando o modo de narrar em *Vidas Secas*, entende que

O entrelaçamento das diversas modalidades discursivas é constante e permite ao narrador que se constitua como um eu que, não obstante se mantenha íntegro, se misture a um outro, que também permanece isolado e inteiro. É como se, para ver de fato o outro fosse preciso ser-se tão integralmente um eu que, em contrapartida, figurasse um outro de maneira a ele também ser-se integralmente, de tal forma que, ao final da operação, um outro íntegro, não reduzido ao eu, finalmente surgisse para ser visto (BUENO, 2001, p. 870).



É isso que vemos no excerto de “O Soldado Amarelo” selecionado anteriormente. Quem é voz da enunciação de “Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar”? Se entendemos que é o narrador-em-si, intelectual de boa redação, leremos tal afirmação como uma crítica política. Se considerarmos quem é Fabiano, estaremos diante de um indício de alienação ou mesmo uma utopia. Poderíamos ainda considerar a integração dos dois interlocutores, tomando a frase pela sua carga de tensão crítica de um herói degradado, representado discursivamente na ambivalência de mundos sociais distintos.

Dessa forma, *Vidas Secas* insere uma nova dinâmica na apropriação do oprimido na literatura, valendo-se, incidentalmente ou não, da influência do pensamento social do século XIX sobre o negro escravo, mas questionando certas cristalizações, afastando-se dos estereótipos, das representações eivadas de vícios e preconceitos dos pontos de vista da classe dominante, das homogeneizações e das atenuações dos conflitos sociais. A ambivalência, por sua vez, predomina, já que intrínseca ao conflito social de classes, matéria dessa ficção, e também presente em *Inocência*.

Considerações Finais

Ao fim do romance, temos novamente a migração, mas agora uma “Fuga”, que não é exatamente uma “Mudança”, pois há uma postura reativa às condições daqueles sertanejos, que ativamente desejam escapar daquele ambiente, como sujeitos de seu destino. E não são mais viventes semimortos que se arrastam a um não-sei-onde. No futuro vislumbrado, chegariam a uma terra civilizada, onde ficariam “presos”. Mas agora são “homens fortes, brutos”. Há, portanto, uma trajetória em espiral, de aproximação e distanciamento da situação inicial, como apontou Luís Bueno (2001), que os direciona a um novo destino, não ao mesmo dos capítulos iniciais: “o desenho do romance é espiral, pois a família está prestes a entrar num novo círculo de exploração, repetindo seu movimento, mas num outro nível” (BUENO, 2001 p. 874).

Assim Graciliano Ramos abordou o outro em sua ficção, que é pobre, marginalizado, oprimido, como foi o escravo negro no século XIX. Os intelectuais deste século incorporavam o negro



aos seus debates políticos, advogando também (e predominantemente) causas suas, econômicas, políticas e até religiosas, e se mantendo, em seus discursos que interpretaram o Brasil da época, no mundo social a que pertenciam, dominante e preconceituoso, de onde não enxergavam, mas não compreendiam o todo complexo que era a vida daqueles sujeitos. Esse modo de narrar também foi adotado por autores importantes de nossa literatura, como Joaquim Manuel Macedo, José Américo de Almeida e Monteiro Lobato. E aqui se sugere uma lacuna deste trabalho, que pode ser aproveitada por estudos futuros: uma leitura diacrônica da trajetória da incorporação do oprimido na prosa brasileira, em diálogo com cristalizações do pensamento social do século XIX, buscando compreender a influência que se exerceu na ficção. Pesquisas nessa linha poderão trazer respostas importantíssimas à crítica literária, como o que possibilitou o passo dado por Graciliano Ramos em sua inovação; de que forma esse “outro horizonte mental” (BUENO, 2001) influenciou os textos posteriores; a uma antecipação da literatura em relação ao pensamento histórico; ou, ainda, o discurso literário dispõe de elementos e aspectos de apropriação/representação dos oprimidos que o possibilita representar sujeitos de modos que a consciência histórica não é capaz de enunciar (p.e., abordar o desejo de vingança dos sujeitos oprimidos contra seus opressores é possível ao discurso ensaístico histórico-social como é em *Vidas Secas*?).

Por fim, acreditamos que este trabalho contribuiu para a leitura de *Vidas Secas* em sua forma de integrar as tensões sociais dos conflitos de classes e, comparativa e incidentalmente, perceber as visões que se criaram sobre o negro escravo também como matéria social e discursiva que operou sobre o romance rural que se elaborou em 1930.

Referências

BASTOS, H. Inferno, Alpercata: Trabalho e Liberdade em *Vidas Secas* (Posfácio). In: RAMOS, G. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 127 ed. 2015. p. 129-138.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 50ª ed. 2015.



BUENO, L. **Uma história do romance de 30**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, SP: 2001.

CANDIDO, A. Cinquenta Anos de Vidas Secas. In: **Ficção e Confissão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 3. ed., 2006. p. 143-151.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 127 ed., 2015.

SILVA, J. B. A. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Publi-folha, 2000.

TAUNAY, C. A. **Manual do Agricultor Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

